





Conteúdo

Relatório da administração	
Relatório da administração	3
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	11
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa	15
Demonstração do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
Base de preparação	
1. Contexto operacional	17
2. Base de preparação	17
3. Moeda funcional e moeda de apresentação	18
4. Uso de estimativas e julgamentos	18
Políticas contábeis	
5. Base de mensuração	18
6. Sazonalidade	18
7. Informações por segmento	18
8. Políticas contábeis materiais	18
9. Novas normas e interpretações ainda não efetivas	22
Ativos	
10. Caixa e equivalentes de caixa	23
11. Títulos e valores mobiliários	23
12. Concessionárias e permissionárias	23
13. Ativo de contrato	24
14. Imposto de renda e contribuição social a recuperar	24
15. Investimentos	24
Passivos e patrimônio líquido	
16. Debêntures	25
17. Imposto de renda e contribuição social a recolher	27
18. PIS e COFINS diferidos	27
19. Imposto de renda e contribuição social diferidos	28
20. Contingências	28
21. Patrimônio líquido	29
Desempenho do exercício	
22. Lucro básico e diluído por ação	30
23. Receita operacional líquida	30
24. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas	31
25. Resultado financeiro	32
Tributos sobre o lucro	
26. Imposto de renda e contribuição social	32
Outras informações	
27. Transações com partes relacionadas	33
28. Gestão de riscos financeiros	33
29. Cobertura de seguros	36



Relatório da Administração

(Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório do auditor independente.

2. A Companhia

A Celeo Redes Transmissão de Energia S.A., sociedade anônima aberta, foi constituída em 26 de junho de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como sócia ou acionista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcios.

A Companhia possui participação de 100% no capital social das empresas LT Triângulo S.A. (Triângulo) e Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. (Vila do Conde).

A Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo) possui 100% de participação na Companhia, sendo controlada em conjunto pela Elecnor S.A. com 51% e a Pasterze Investments Holding B.V. com 49%.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

		Contrato de concessão	Término do contrato	RAP		Redução da RAP	Indexador
				2025-2026*	2024-2025		
Triângulo	(a.1)	004/2006	26/04/2036	83.809	79.576	Julho-2023	IPCA
Vila do Conde	(a.2)	003/2005	04/03/2035	69.435	64.880	Maió-2021	IGP-M

(a.1) A RAP da Triângulo apresentou um aumento de 5,32% decorrente do reajuste do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

(a.2) A RAP da Vila do Conde apresentou um aumento de 7,02% decorrente do reajuste do IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado).

(b) Pagamento de dividendos para a acionista

	2025
Celeo	125.513
	125.513

(c) Recebimento de dividendos das controladas

	2025
Triângulo	32.599
Vila do Conde	35.494
	68.093



(d) Disponibilidade da linha de transmissão

	2025
Triângulo	91,5%
Vila do Conde	99,9%

(e) Debêntures

(e.1) Pagamento de principal e juros da 2ª emissão

	Principal	Juros
Debêntures - 2ª emissão	350.000	49.386

(e.2) Captação da 3ª emissão

A Companhia realizou uma nova captação de debêntures em contrato celebrado no dia 26 de setembro de 2025 no montante total de R\$ 425.000.

4. Atendimento às disposições sobre política de equidade – Lei nº 15.177/2025

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que alterou o artigo 133, parágrafo sexto, da Lei 6.404/76, a Companhia divulga as seguintes informações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Cargo	Colaboradores/Cargos na administração (i)				Remuneração (ii)			
	2025		2024		2025		2024	
	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher
Técnico ou Especialista	5	-	7	-	R\$ 667	-	R\$ 568	-
Operacional	5	-	6	-	R\$ 364	-	R\$ 247	-

(i) Refere-se à posição em 31 de dezembro de cada ano.

(ii) Refere-se às remunerações em cada exercício.

5. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por uma Diretoria composta por 3 (três) cargos, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, não é permanente, e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei.

(c) Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros efetivos para um mandato unificado de 03 (três) anos, sendo eleitos em assembleia geral de acionistas. Compete aos conselheiros, entre outros, eleger e destituir a Diretoria, fiscalizar a gestão de diretores, examinar os livros, papéis e relatórios gerenciais da Companhia, solicitar informações sobre contratos firmados, fixar a orientação geral dos negócios.



6. Declaração da diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

7. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. prestou somente serviços de auditoria externa para a Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

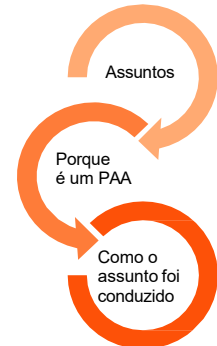
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Mensuração do ativo de contrato e a correspondente receita de remuneração desse ativo (Notas 8, 13 e 23)</p> <p>O ativo de contrato no valor de R\$ 685.912 mil refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção das infraestruturas de transmissão de energia dos seus respectivos contratos de concessão. A mensuração do ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.</p> <p>Adicionalmente, por se tratar de contratos de longo prazo, a identificação da taxa de remuneração, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da administração para a mensuração do seu valor presente, bem como na determinação das margens de lucro esperadas para cada obrigação de performance identificada. Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo de contrato. Efetuamos a leitura do contrato de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) para identificação das obrigações de performance e entendimento das condições pactuadas entre elas, os preços e os prazos definidos.</p> <p>Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares da Companhia com os dados constantes nos contratos de transmissão.</p> <p>Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como a taxa de remuneração do ativo contratual e a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa.</p> <p>Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.


Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4



Balancos patrimoniais (controladora e consolidado) Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	10	84	6.774	263	6.913
Títulos e valores mobiliários	11	3.494	21.695	56.588	63.471
Concessionárias e permissionárias	12	-	-	13.593	14.332
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	27 (a)	42.850	37.662	-	-
Ativo de contrato	13	-	-	92.067	87.965
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	4.819	13.961	4.819	13.961
Outros impostos e contribuições a recuperar		116	114	1.105	916
Outros ativos		282	282	18.642	16.114
Total do ativo circulante		51.645	80.488	187.077	203.672
Ativo de contrato	13	-	-	593.845	601.269
Total do realizável a longo prazo		-	-	593.845	601.269
Investimento	15 (a)	529.158	529.725	-	-
Imobilizado		-	-	8.477	8.690
Total do imobilizado + investimento		529.158	529.725	8.477	8.690
Total do ativo não circulante		529.158	529.725	602.322	609.959
Total do ativo		580.803	610.213	789.399	813.631
Fornecedores		983	3.441	3.242	5.944
Debêntures	16	19.364	356.936	19.364	356.936
Salários e encargos a pagar		-	-	2.035	1.843
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	-	-	18.765	16.861
Outros impostos e contribuições a recolher		769	803	2.206	2.246
Pis e Cofins diferidos		-	-	6.224	5.951
Dividendos	27 (b)	14.415	9.596	14.415	9.596
Encargos setoriais		-	-	15.615	11.139
Contas a pagar		1.580	1.119	1.580	1.119
Outros passivos		73	73	3.406	3.532
Total do passivo circulante		37.184	371.968	86.852	415.167
Debêntures	16	416.592	-	416.592	-
Pis e Cofins diferidos	18	-	-	37.420	38.380
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	121.508	121.839
Total do passivo não circulante		416.592	-	575.520	160.219
Total dos passivos		453.776	371.968	662.372	575.386
Capital social	21 (a)	85.600	85.600	85.600	85.600
Reserva de lucros	21 (b)	27.812	123.856	27.812	123.856
Dividendo adicional proposto	21 (c)	13.615	28.789	13.615	28.789
Total do patrimônio líquido		127.027	238.245	127.027	238.245
Total do passivo e patrimônio líquido		580.803	610.213	789.399	813.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstração do resultado (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	23	-	-	131.681	154.939
Custos operacionais	24 (a)	-	-	(32.266)	(45.740)
Lucro bruto		-	-	99.415	109.199
Despesas gerais e administrativas	24 (b)	(713)	(550)	(11.455)	(9.151)
Provisão para perda de crédito esperada	12	-	-	(444)	(325)
Despesas operacionais		(713)	(550)	(11.899)	(9.476)
Resultado antes do resultado financeiro		(713)	(550)	87.516	99.723
Receitas financeiras		3.051	7.020	8.223	11.557
Despesas financeiras		(55.941)	(42.215)	(57.600)	(44.133)
Resultado financeiro	25	(52.890)	(35.195)	(49.377)	(32.576)
Resultado de equivalência patrimonial	15 (a)	72.713	77.418	-	-
Resultado antes dos impostos		19.110	41.673	38.139	67.147
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(1.268)	(19.360)	(20.833)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	331	(5.909)
Imposto de renda e contribuição social	26	-	(1.268)	(19.029)	(26.742)
Lucro líquido do exercício		19.110	40.405	19.110	40.405
Resultado por ação					
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	22	0,22	0,47	0,22	0,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



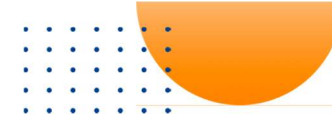
Demonstração do resultado abrangente (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	19.110	40.405
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	19.110	40.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

Controladora e Consolidado								
	Nota	Capital Social	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Lucros a realizar	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2023		85.600	12.900	157.120	366	26.941	-	282.926
Transferência para reserva de retenção de lucros	21 (b)	-	-	(157.120)	157.120	-	-	-
Dividendos constituídos	21 (b)	-	-	-	(48.550)	-	-	(48.550)
Pagamento de dividendos	21 (b)	-	-	-	-	(26.941)	-	(26.941)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	40.405	40.405
Reserva legal	21 (b)	-	2.020	-	-	-	(2.020)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21 (d)	-	-	-	-	-	(9.596)	(9.596)
Dividendos adicionais propostos	21 (c)	-	-	-	-	28.789	(28.789)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		85.600	14.920	-	108.936	28.789	-	238.245
Pagamento de dividendos	21 (b)	-	-	-	(97.000)	(28.789)	-	(125.789)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	19.110	19.110
Reserva legal	21 (b)	-	956	-	-	-	(956)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21 (d)	-	-	-	-	-	(4.539)	(4.539)
Dividendos adicionais propostos	21 (c)	-	-	-	-	13.615	(13.615)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		85.600	15.876	-	11.936	13.615	-	127.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstração dos fluxos de caixa (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		19.110	40.405	19.110	40.405
Ajustes para:					
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(331)	5.909
- Imposto de renda e contribuição social correntes		-	1.268	19.360	20.833
- Provisão para perdas de crédito esperada		-	-	(444)	(325)
- PIS e COFINS diferidos	23	-	-	(687)	(308)
- Títulos e valores mobiliários - rendimento	25	(1.704)	(5.548)	(6.876)	(10.082)
- Equivalência	15 (a)	(72.713)	(77.418)	-	-
- Juros e custo de transação das debêntures	25	55.596	42.101	55.596	42.101
- Ativo de contrato - remuneração	13	-	-	(84.645)	(84.788)
- Ativo de contrato - construção		-	-	-	(1.180)
		289	808	1.083	12.565
Variações em:					
- Concessionárias e permissionárias		-	-	1.183	3.355
- Ativo de contrato	13	-	-	87.967	84.120
- Impostos de renda e contribuição social a recuperar		9.142	(263)	9.142	(1.371)
- Outros impostos e contribuições a recuperar		(2)	(114)	(189)	668
- Outros ativos		-	2	(2.528)	1.937
- Fornecedores		(2.458)	31	(2.702)	1.079
- Salários e encargos a pagar		-	-	192	549
- Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	(1.268)	(1.141)	(2.190)
- Outros impostos e contribuições a recolher		(34)	(1.030)	(40)	(3.929)
- Encargos setoriais		-	-	4.476	315
- Contas a pagar		461	(138)	461	(138)
- Outros passivos		2	(1)	(123)	1.362
Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais		7.400	(1.973)	97.781	98.322
Impostos pagos sobre o lucro e a receita tributável		-	-	(16.315)	(19.152)
Debêntures - pagamento de juros 2ª emissão	16	(49.386)	(40.941)	(49.386)	(40.941)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(41.986)	(42.914)	32.080	38.229
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(449.746)	(101.969)	(587.110)	(236.098)
Títulos e valores mobiliários - resgates		469.651	144.473	600.869	288.968
Imobilizado - adição		-	-	213	8
Recebimento de dividendos	27 (a)	68.093	91.551	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		87.998	134.055	13.972	52.878
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Debêntures - captação 3ª emissão	16	425.000	-	425.000	-
Custo de transação	16	(2.189)	-	(2.189)	-
Debêntures - pagamento de principal 2ª emissão	16	(350.000)	-	(350.000)	-
Pagamento de dividendos	27 (b)	(125.513)	(84.471)	(125.513)	(84.471)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		(52.702)	(84.471)	(52.702)	(84.471)
Redução (aumento) líquida em caixa e equivalentes		(6.690)	6.670	(6.650)	6.636
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.774	104	6.913	277
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		84	6.774	263	6.913

Não ocorreram transações que não impactaram o caixa nas atividades de investimento e financiamento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstração do valor adicionado (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas (1)		-	-	149.939	173.139
Remuneração do ativo de contrato	23	-	-	123.620	140.933
Operação e manutenção do ativo de contrato	23	-	-	30.521	29.181
Receita de construção	23	-	-	-	1.180
Outras receitas	23	-	-	1.782	3.452
Parcela variável	23	-	-	(5.984)	(1.607)
Insumos adquiridos de terceiros (2)		713	550	27.422	39.083
Custo de operação e manutenção		-	-	13.884	25.087
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		341	487	8.137	8.335
Custo de construção		-	-	-	1.062
Despesas gerais, administrativas e outros		372	63	5.401	4.599
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		(713)	(550)	122.517	134.056
Depreciação e amortização (4)		-	-	-	-
Valor adicionado líquido (3) - (4) = (5)		(713)	(550)	122.517	134.056
Valor adicionado recebido em transferência (6)		75.764	84.438	8.223	11.557
Resultado de equivalência patrimonial	15 (a)	72.713	77.418	-	-
Receitas financeiras	25	3.051	7.020	8.223	11.557
Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)		75.051	83.888	130.740	145.613
Distribuição do valor adicionado		75.051	83.888	130.740	145.613
Pessoal		-	-	16.743	16.133
Impostos federais		-	1.268	28.197	38.672
Juros	25	54.570	40.952	54.570	40.952
Custo de transação - debêntures	25	1.026	1.149	1.026	1.149
Outras receitas (despesas)	23/25	345	114	11.094	8.302
Lucro líquido do período		19.110	40.405	19.110	40.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



1. Contexto operacional

A Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima aberta, foi constituída em 26 de junho de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como sócia ou acionista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcio.

A Companhia possui participação de 100% no capital social das empresas LT Triângulo S.A. (Triângulo) e Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. (Vila do Conde).

A Celeo Redes Brasil S.A. (Cielo Redes) possui 100% de participação na Companhia, sendo controlada em conjunto pela Elecnor S.A. com 51% e a APG Infrastructure Pool 2012 com 49%.

(a) Registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em 2 de agosto de 2018 foi aprovada em assembleia geral extraordinária (AGE) a abertura do capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta emissora de valores mobiliários na categoria “B” perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 480.

No dia 12 de dezembro de 2018, a CVM deferiu o registro da Companhia como emissor na categoria “B”.

(b) Controladas

As controladas (também definidas como “Grupo” quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são concessionárias de transmissão de energia, com prazo de exploração de 30 anos, conforme informações a seguir.

		Contrato de concessão	Término do contrato	RAP		Redução da RAP	Indexador
				2025-2026*	2024-2025		
Triângulo	(a.1)	004/2006	26/04/2036	83.809	79.576	Julho-2023	IPCA
Vila do Conde	(a.2)	003/2005	04/03/2035	69.435	64.880	Maior-2021	IGP-M

(a.1) A RAP da Triângulo apresentou um aumento de 5,32% quando comparado com o ciclo anterior, decorrente do reajuste do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

(a.2) A RAP da Vila do Conde apresentou um aumento de 7,02% quando comparado com o ciclo anterior, decorrente do reajuste do IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado).

Os contratos assinados entre os anos de 2000 e 2006 estabelecem uma Receita Anual Permitida (RAP) fixa, sendo prevista a redução da RAP a partir do 16º ano de operação comercial que se estenderá até o término do prazo da concessão.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards)) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 30 de março de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 8.



Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional do Grupo. Todos os valores estão apresentados em milhares de R\$ e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativa e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado), a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pelo Grupo na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos
11	Critério de apuração e remuneração do ativo de contrato
16	Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios
19	Reconhecimento de PIS e COFINS diferidos
25	Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos do Grupo. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6. Sazonalidade

As controladas da Companhia não possuem sazonalidade nas suas operações.

7. Informações por segmento

O Grupo atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), fato confirmado pela diretoria da Companhia que exerce o papel de principal gestor das operações, conforme definido na norma contábil - CPC 22/IFRS 8.

8. Políticas contábeis materiais

Uma série de novas normas contábeis são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado), porque não tiveram impacto.



Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras (controladora e consolidado), salvo indicado ao contrário.

Prática	Nota explicativa	Descrição
Base de consolidação	15	<p>A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir.</p> <p>Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.</p> <p>Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).</p>
Caixa e equivalentes de caixa	10	<p>Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e os investimentos de alta liquidez em Operações Compromissadas e Certificados de Depósitos bancários (CDB), com prazo de vencimento de 3 (três) meses ou menos (a contar da data de contratação), com risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Quando os investimentos não atendem a esses critérios são classificados como títulos e valores mobiliários.</p>
Títulos e valores mobiliários	11	<p>Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento e das debêntures.</p>
Receitas e despesas financeiras	25	<p>A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.</p> <p>A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro.</p> <p>No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.</p>



Prática	Nota explicativa	Descrição
Instrumentos financeiros – Classificação e mensuração	16	<p>(a) Classificação e mensuração</p> <p>Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.</p> <p>Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos.</p> <p>Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.</p> <p>A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:</p> <p>(i) Custo amortizado</p> <p>Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto.</p> <p>Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.</p> <p>(ii) VJR</p> <p>Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.</p> <p>(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros</p> <p>Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.</p> <p>A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.</p> <p>Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.</p>



Prática	Nota explicativa	Descrição
Ativo de contrato	13	<p>Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.</p> <p>De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.</p> <p>Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.</p> <p>Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:</p> <p>i. Reconhecimento de receita de construção Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção 40% (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.</p> <p>ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão.</p> <p>iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica “Remuneração do ativo de contrato”, utilizando a taxa de desconto de 11% definida no início de cada projeto.</p> <p>A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:</p> <p>i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.</p> <p>ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.</p>



Prática	Nota explicativa	Descrição
Imposto de renda e contribuição social	14 e 17	<p>O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.</p> <p>A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.</p> <p>(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.</p> <p>Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p> <p>(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p>

9. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Norma	Adoção	Vigência
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às CPC 48/IFRS9 e CPC 40/IFRS 7) Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7)	Não houve adoção antecipada e não se espera que esta alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras (substituirá o CPC 26/IAS 1)	Não houve adoção antecipada; entretanto, a Companhia espera impactos relevantes na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18. A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos desse pronunciamento sobre suas demonstrações financeiras.	01/01/2027



10. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Conta corrente		84	110	263	6.913
CDB	(i)	-	6.664	-	-
		84	6.774	263	6.913

- (i) O Grupo aplicou seus recursos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander do Brasil, sendo o rendimento deste título atrelado ao Depósito interbancário (DI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a taxa média de indexação dessa aplicação foi de 100%.

A variação observada deve-se ao prazo de vencimento do CDB em 31 de dezembro de 2024, uma vez que os investimentos de alta liquidez com prazo de vencimento de 3 (três) meses ou menos são classificados como caixa e equivalentes de caixa.

11. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
CDB - Santander	31	11.320	53.125	53.096
CDB - Itaú	3.463	10.375	3.463	10.375
	3.494	21.695	56.588	63.471

As aplicações financeiras da Companhia são proporcionadas principalmente pelo recebimento dos dividendos das controladas Triângulo e Vila do Conde.

O Grupo aplicou seus recursos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander Brasil e no Banco Itaú, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99% e 97,98% (98,75 e 98% em 31 de dezembro 2024) do DI com vencimento entre abril 2026 e outubro de 2026.

A variação observada na controladora refere-se principalmente ao pagamento de dividendos, conforme nota explicativa 27 (b).

12. Concessionárias e permissionárias

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	12.310	12.375
Até 3 meses	50	1.601
De 3 a 12 meses	662	356
Acima de 12 meses	3.427	2.412
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(2.856)	(2.412)
	13.593	14.332

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	(2.412)	(2.087)
Adições	(444)	(325)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	(2.856)	(2.412)



13. Ativo de contrato

	Triângulo	Vila do Conde	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	458.907	228.479	687.386
Remuneração do ativo de contrato	54.607	30.181	84.788
Receita de construção	-	1.180	1.180
Recebimentos	(53.701)	(30.419)	(84.120)
Em 31 de dezembro de 2024	459.813	229.421	689.234
Remuneração do ativo de contrato	54.586	30.059	84.645
Recebimentos	(56.118)	(31.849)	(87.967)
Em 31 de dezembro de 2025	458.281	227.631	685.912

A segregação entre circulante e não circulante está demonstrada a seguir.

	Consolidado	
	2025	2024
Circulante	92.067	87.965
Não circulante	593.845	601.269
	685.912	689.234

14. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda - juros sobre capital próprio	2.924	9.474	2.924	9.474
Imposto de renda - mútuo	1.486	3.589	1.486	3.589
Outros	409	898	409	898
	4.819	13.961	4.819	13.961

A Companhia possui historicamente escriturados créditos de imposto de renda a título de: (i) Distribuição de juros sobre capital próprio, (ii) Mútuos e (iii) Aplicações financeiras, os quais são compensados com débitos de tributos federais ou solicitados via restituição à Receita Federal do Brasil (RFB).

A movimentação relevante é referente aos valores de crédito solicitados restituídos no exercício de 2025.

15. Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	Triângulo	Vila do Conde	Controladora
Em 31 de dezembro de 2023	327.080	214.564	541.644
Resultado de equivalência patrimonial	41.925	35.493	77.418
Dividendos recebidos	(27.479)	(24.197)	(51.676)
Dividendos mínimos obrigatórios	(19.914)	(17.747)	(37.661)
Em 31 de dezembro de 2024	321.612	208.113	529.725
Resultado de equivalência patrimonial	29.515	43.198	72.713
Dividendos recebidos	(19.914)	(17.747)	(37.661)
Dividendos mínimos obrigatórios	(14.020)	(21.599)	(35.619)
Em 31 de dezembro de 2025	317.193	211.965	529.158



(b) Informações financeiras resumidas das controladas

	Triângulo		Vila do Conde	
	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante	89.711	86.470	88.181	74.379
Ativo não circulante	404.122	408.390	198.201	201.568
Passivo circulante	51.905	47.534	40.224	33.328
Passivo não circulante	124.735	125.714	34.193	34.506
Patrimônio líquido	317.193	321.612	211.965	208.113
Lucro líquido do exercício	29.515	41.925	43.198	35.493

16. Debêntures

		Controladora e Consolidado	
Debêntures		358.303	358.292
Custo de transação	(a)	(1.367)	(2.516)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		356.936	355.776
Captação - 3ª Emissão		425.000	-
Custo de transação - 3ª Emissão		(2.189)	-
Juros - 2ª Emissão		41.487	40.952
Juros - 3ª Emissão		13.083	-
Amortização - principal - 2ª Emissão		(350.000)	-
Amortização - juros 2ª Emissão		(49.386)	(40.941)
Amortização - custo de transação 2ª Emissão		957	1.149
Amortização - custo de transação 3ª Emissão		68	-
Debêntures		438.487	358.303
Custo de transação	(a)	(2.531)	(1.367)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024		435.956	356.936

(a) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção das debêntures. A contrapartida foi reconhecida no passivo circulante na rubrica de contas a pagar.

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Circulante	19.364	356.936
Não circulante	416.592	-
	435.956	356.936



i. Estrutura e característica da dívida

	2ª Emissão	3ª Emissão														
Data de emissão	19/10/2023	15/10/2025														
Data de vencimento	19/10/2025	17/10/2033														
Montante	350.000	425.000														
Característica	Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional.															
Juros remuneratórios	100 % do CDI + 1,05000000% a.a. na base 252	100% do CDI + 0,52800000% a.a. na base 252														
Pagamento Principal / Juros	Principal: Parcela única no vencimento. Juros: Semestral. Primeiro em 19/04/2024, e último no vencimento.	Semestral. No dia 15 dos meses de abril e outubro. Sendo o primeiro em 15 de abril de 2026 e o último na data de vencimento														
Destinação dos recursos	(i) resgate antecipado facultativo total da 1ª emissão de debêntures; e (ii) os recursos líquidos remanescentes foram utilizados para reforço de caixa da Companhia e suas controladas.	(i) resgate antecipado facultativo total da 2ª emissão; e (ii) os recursos líquidos remanescentes serão utilizados para reforço de caixa da Companhia e/ou das Concessionárias.														
Garantias	(i) Fiança Bancária; (ii) Alienação Fiduciária de Ações.	(i) Alienação fiduciária das ações ordinárias que representam a totalidade do capital social das Concessionárias (Triângulo e Vila do Conde), detidas pela Emissora. (ii) Alienação Fiduciária de Ações: Alienação fiduciária das ações ordinárias que representam a totalidade do capital social da Companhia, detidas pela Celeo Redes Brasil S.A; (iii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.														
Cláusulas restritivas - Índices financeiros	(i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,05 ou; (ii) Dívida Líquida/EBITDA ajustado consolidado inferior a 3,80.	(i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,05; ou (ii) Dívida Líquida/EBITDA ajustado consolidado inferior ou igual ao previsto abaixo, com base nos números das demonstrações financeiras anuais: <table border="1" style="margin-left: 20px;"> <thead> <tr> <th>Demonstração financeira anual</th> <th>Dívida Líquida/EBTIDA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2026</td> <td>4,00x</td> </tr> <tr> <td>2027</td> <td>3,90x</td> </tr> <tr> <td>2028</td> <td>3,50x</td> </tr> <tr> <td>2029</td> <td>2,80x</td> </tr> <tr> <td>2030</td> <td>2,10x</td> </tr> <tr> <td>2031 e 2032</td> <td>1,60x</td> </tr> </tbody> </table>	Demonstração financeira anual	Dívida Líquida/EBTIDA	2026	4,00x	2027	3,90x	2028	3,50x	2029	2,80x	2030	2,10x	2031 e 2032	1,60x
Demonstração financeira anual	Dívida Líquida/EBTIDA															
2026	4,00x															
2027	3,90x															
2028	3,50x															
2029	2,80x															
2030	2,10x															
2031 e 2032	1,60x															

ii. Estratégia para a contratação da dívida

Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou o impacto da captação em sua estrutura de capital, além de fatores como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação.

iii. Composição do endividamento e da dívida líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Dívida bruta				
Debêntures	438.487	358.303	438.487	358.303
Caixa e equivalentes de caixa e TVM				
Conta corrente	84	110	263	6.913
CDB	3.494	28.359	56.588	63.471
Dívida líquida	434.909	329.834	381.636	287.919



17. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	2025	2024
Imposto de renda	13.764	12.232
Contribuição social	5.001	4.629
	18.765	16.861

18. PIS e COFINS diferidos

Os saldos de PIS e COFINS registrados no passivo decorrem das receitas de construção e da remuneração do ativo de contrato reconhecidas pela Companhia desde o início da fase de construção até a presente data, em conformidade com o regime de competência e com os critérios de reconhecimento de receita previstos no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, em conjunto com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Nos termos do ICPC 01, a Companhia reconhece a receita de construção à medida do progresso da execução das obras, com o correspondente reconhecimento do ativo de contrato, bem como a receita de remuneração associada à prestação contínua do serviço concedido, nos termos do contrato de concessão. Os tributos incidentes sobre tais receitas são reconhecidos simultaneamente ao reconhecimento da receita que lhes dá origem, em observância ao regime de competência.

A realização dos saldos de PIS e COFINS ocorrerá de forma gradual, à medida do recebimento da RAP, conforme previsto no contrato de concessão e em alinhamento com o fluxo de realização do ativo de contrato reconhecido contabilmente.

De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura.

Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a administração entende que a obrigação é exigível, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável.

Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis.

O montante do PIS e da COFINS está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
PIS	7.785	7.908
COFINS	35.859	36.423
	43.644	44.331



Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Circulante	6.224	5.951
Não circulante	37.420	38.380
	43.644	44.331

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2025	2024
Imposto de renda	89.345	89.588
Contribuição social	32.163	32.251
	121.508	121.839

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	Consolidado	
	2025	2024
Provisão para perda de crédito esperada	(2.856)	(2.412)
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	124.364	124.251
	121.508	121.839

20. Contingências

(a) Servidão administrativa - Triângulo

A Triângulo indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão foi construída. Inicialmente a Triângulo atribui o valor da indenização que é reconhecida inicialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a Triângulo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há processos avaliados com risco de perda provável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor com risco de perda possível avaliado pela administração e suportado pelos assessores jurídicos é de R\$ 256 e R\$ 1.310, respectivamente. Caso esse valor seja pago aos proprietários, a Triângulo pode pedir à ANEEL a reabertura do processo de unitização e incluir esses gastos como custo do empreendimento.

(b) Vila do Conde

Em dezembro de 2018, a Vila do Conde entrou com ação contra a ANEEL e o ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por indisponibilidade. Em janeiro de 2019, a Vila do Conde conseguiu a antecipação de tutela para garantir que os descontos não fossem efetuados. Em fevereiro de 2019, a ANEEL peticionou informando que o processo administrativo havia sido finalizado. Em 26 de maio de 2020, foi prolatada sentença de improcedência do pedido, visto o fim do processo administrativo. No âmbito administrativo, os descontos ocorreram. Atualmente, após recurso de apelação apresentado pela Vila do Conde, o processo encontra-se em discursão dos honorários de sucumbência. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor em risco é de R\$ 580 e foi avaliado pela administração e suportado pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.



21. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 85.600 dividido em 85.600 (oitenta e cinco milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Todas as ações são detidas pela Celeo Redes.

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

A destinação da reserva legal está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Reserva legal	956	2.020

ii. Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, que será paga, mediante aprovação dos acionistas.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Reunião do Conselho de Administração	15 de agosto de 2025	97.000	Deliberação para o pagamento de dividendos
Assembleia Geral Extraordinária	24 de outubro de 2024	157.120	Realocação de “reserva de retenção de lucros a realizar” para “reserva de retenção de lucros”, conforme descrito no item “iii”.
		48.550	Aprovaram o pagamento no montante de dividendos adicionais à acionista.

iii. Reserva de lucros a realizar

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Ordinária Geral Ordinária	24 de outubro de 2024	157.120	Realocação de reserva de “retenção de lucros a realizar” para “reserva de retenção de lucros”.

(c) Dividendo adicional proposto

Constituído com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Extraordinária	30 de abril de 2024	26.941	Deliberada a distribuição dos dividendos adicionais ao pagamento

A destinação do dividendo adicional proposto está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Dividendo adicional proposto	13.615	28.789



(d) Dividendo mínimo obrigatório

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

A destinação do dividendo adicional proposto está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Dividendo mínimo obrigatório	4.539	9.596

22. Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	19.110	40.405
Média ponderada das ações emitidas	85.600	85.600
	0,22	0,47

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

23. Receita operacional líquida

		Consolidado	
		2025	2024
Remuneração do ativo de contrato	(a)	123.620	140.933
Receita de operação e manutenção		30.521	29.181
Receita de construção		-	1.180
Compartilhamento de infraestrutura		1.782	3.452
Parcela variável (indisponibilidade)	(b)	(5.984)	(1.607)
Receita bruta		149.939	173.139
Pis e Cofins correntes		(9.855)	(12.239)
Pis e Cofins diferidos		687	308
Encargos setoriais	(c)	(9.090)	(6.269)
Deduções da receita		(18.258)	(18.200)
Receita operacional líquida		131.681	154.939

- (a) A variação observada ocorreu pois a partir de junho de 2024 a Triângulo passou a receber 50% da RAP, conforme previsto no Contrato de Concessão para o 16º ano de entrada em operação, conforme descrito na nota explicativa 1.
- (b) A parcela variável é reconhecida no momento da ocorrência do evento, por meio da Apuração Mensal dos Serviços de Encargos de Transmissão (AMSE) e quando não disponível, são realizadas provisões suficientes para garantir eventuais perdas.



A composição do saldo da parcela variável está apresentada a seguir.

		Consolidado	
		2025	2024
Triângulo - Intervenção programada	(i)	(3.676)	-
Triângulo - Reator nova ponte	(ii)	(1.313)	(724)
Vila do Conde - Melhorias na vedação dos disjuntores	(iii)	-	(560)
Outros		(995)	(323)
		(5.984)	(1.607)

- (i) Em 02 de dezembro de 2024 houve intervenção programada para obras de seccionamento da LT 500kV Nova Ponte x Itumbiara. Devido ao desligamento de parte da função, o seccionamento da LT foi programado e aprovado pelo Operador Nacional do Sistema para realização de forma consecutiva, entretanto foi solicitado pela Neoenergia a prorrogação dos testes de energização, porém o Operador Nacional do Sistema entendeu inicialmente que ocorreu uma PV de R\$3.676. A Companhia contestou os valores juntos ao ONS e está em avaliação.
- (ii) Em dezembro de 2024 ocorreu um desligamento relacionado ao reator na subestação Nova Ponte. A Triângulo realizou as inspeções e os ajustes necessários para retomar à operação.
- (iii) Em novembro de 2024 foi realizada uma manutenção corretiva programada para melhorias na vedação dos disjuntores da Vila do Conde.
- (c) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Reserva global de reversão (RGR)	(8.796)	(4.123)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(1.332)	(1.515)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	1.038	(631)
	(9.090)	(6.269)

24. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

(a) Custos operacionais

		Consolidado	
		2025	2024
Pessoal		(14.529)	(14.653)
Manutenção de subestação	(i)	(2.891)	(14.832)
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(6.166)	(5.886)
Contrato de compartilhamento de instalação		(1.848)	(1.703)
Material		(1.101)	(1.338)
Viagem e hospedagem		(1.110)	(1.253)
Custo de construção		-	(1.062)
Vigilância e segurança		(981)	(1.008)
Consultorias		(4)	(494)
Diversos		(3.636)	(3.511)
		(32.266)	(45.740)

- (i) Refere-se aos custos que o Grupo teve de prestações de serviços para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão. A variação observada refere-se, principalmente, ao processo de modernização do sistema de proteção ocorrido na Vila do Conde durante o período findo em 2024.



- (ii) Refere-se a prestação de serviços para a operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo, conforme nota explicativa 27 (c).

(b) Despesas gerais e administrativas

		Consolidado	
		2025	2024
Prestação de serviços administrativos	(i)	(5.607)	(5.607)
Pessoal		(2.214)	(1.480)
Consultorias		(972)	(932)
Publicações		(165)	(126)
Diversos	(ii)	(2.497)	(1.006)
		(11.455)	(9.151)

- (i) Refere-se a prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo, conforme nota explicativa 27 (c).
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 sua controlada Triângulo recebeu R\$ 2.000 referente à parte da indenização da seguradora, decorrente de sinistro relacionado a interrupção de um reator, que resultou na indisponibilidade operacional da linha de transmissão. O evento encontra-se coberto pela apólice de seguro contratada, tendo sido o sinistro devidamente comunicado e aceito pela seguradora. O valor recebido refere-se à indenização parcial, realizado no curso do processo de regulação, e visa mitigar os efeitos financeiros imediatos da indisponibilidade, conforme nota explicativa 23. A conclusão da regulação do sinistro ainda está em andamento.

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	1.704	5.548	6.876	10.082
Juros selic	1.347	1.472	1.347	1.475
Receitas financeiras	3.051	7.020	8.223	11.557
Juros - debêntures	(54.570)	(40.952)	(54.570)	(40.952)
Custo de transação - debêntures	(1.026)	(1.149)	(1.026)	(1.149)
Outras despesas	(345)	(114)	(2.004)	(2.032)
Despesas financeiras	(55.941)	(42.215)	(57.600)	(44.133)
	(52.890)	(35.195)	(49.377)	(32.576)

26. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2025	2024
Resultado antes dos impostos	38.139	67.147
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	(12.967)	(22.830)
Incentivo fiscal - IRPJ	542	586
Empresa consolidada - lucro presumido	(4.382)	(3.665)
Adições (exclusões)	(2.222)	(833)
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(19.029)	(26.742)
Alíquota efetiva	50%	40%



27. Transação com partes relacionadas

(a) Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

	Triângulo	Vila do Conde	Controladora
Em 31 de dezembro de 2023	15.679	24.197	39.876
Aprovação dos dividendos oriundos das reservas de lucros	27.479	24.197	51.676
Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)	(43.157)	(48.394)	(91.551)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	19.914	17.747	37.661
Em 31 de dezembro de 2024	19.915	17.747	37.662
Aprovação dos dividendos oriundos das reservas de lucros	19.915	17.747	37.662
Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)	(32.599)	(35.494)	(68.093)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	14.020	21.599	35.619
Em 31 de dezembro de 2025	21.251	21.599	42.850

(b) Dividendos

	Controladora	
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	9.596	8.980
Aprovação dos dividendos oriundos das reservas de lucros	125.793	75.491
Pagamento de dividendos	(125.513)	(84.471)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	4.539	9.596
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	14.415	9.596

(c) Transações comerciais

	Tipo de transação	Índice de correção	Prazo	Vencimento	Passivo		Resultado	
					2025	2024	2025	2024
Triângulo	O&M	IPCA	5 anos	2026	263	499	(3.468)	(3.311)
Triângulo	Backoffice	IPCA	5 anos	2025	-	-	(3.299)	(3.299)
Vila do Conde	O&M	IPCA	5 anos	2026	204	388	(2.698)	(2.575)
Vila do Conde	Backoffice	IPCA	5 anos	2025	-	-	(2.309)	(2.309)

Refere-se ao contrato que as controladas Triângulo e Vila do Conde possuem com a Celeo para a (i) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica “despesas gerais e administrativas”; e (ii) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão das controladas. O custo desse contrato é registrado na rubrica “custos operacionais”.

(d) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo.

28. Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

O Grupo administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. O Grupo não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos períodos apresentados.



i. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno adequado aos acionistas e demais partes interessadas, e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, e da Escritura de Emissão de Debêntures, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas à dívida ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, a dívida do Grupo possui taxas pré-fixadas mais variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de DI.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade do Grupo incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, o Grupo monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, as controladas na qualidade de agentes de transmissão, podem encaminhar ao ONS um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). O Grupo não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, o Grupo adotou uma política de provisão baseada (quando aplicável) em atrasos superiores a 12 meses.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, o Grupo segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O Grupo realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais o Grupo possui operações em aberto.



iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade do Grupo não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa e dos planos de investimento permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo, com o objetivo de preservar a liquidez do Grupo e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

O Grupo efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Na realização do teste, o Grupo assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Consolidado			
	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(8.488)	(6.366)	(4.244)
Debêntures	Aumento do CDI	65.393	49.045	32.697

*Fonte: O CDI para o cenário provável (15%) foi considerado conforme relatório Focus de 03 de janeiro de 2026.

(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

O Grupo classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

		Hierarquia do valor justo	Consolidado			
			2025		2024	
			Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa	10		263	-	6.913	-
Títulos e valores mobiliários	9	Nível II	-	56.588	-	63.471
Concessionárias e permissionária	10		13.593	-	14.332	-
Ativos Financeiros			13.856	56.588	21.245	63.471
Fornecedores			3.242	-	5.944	-
Debêntures	14		438.487	-	358.303	-
Passivo Financeiro			441.729	-	364.247	-



(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

		Hierarquia do valor justo	2025		2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures - 3ª Emissão	14	Nível II	438.487	438.487	358.303	357.899
			438.487	438.487	358.303	357.899

As debêntures são classificadas como “outros passivos financeiros ao custo amortizado” e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

29. Cobertura de seguros (não auditado)

O Grupo possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

		Data de vigência	Importância segurada
Multirisco Rural	Vila do Conde	17.07.2025 a 17.07.2026	1.780
Multirisco Rural	Triângulo	31.07.2025 a 31.07.2026	550
Responsabilidade civil (i)	Grupo Celeo	30.06.2025 a 30.06.2026	20.000
Responsabilidade da administração (i)	Grupo Celeo	16.04.2025 a 16.04.2026	50.000
Risco operacional	Vila do Conde	30.06.2025 a 30.06.2026	45.561
Risco operacional	Triângulo	30.06.2025 a 30.06.2026	121.800

- (i) O Seguro Responsabilidade civil e D&O compreendem a todas as empresas do Grupo Celeo, do qual a Companhia e suas Controladas fazem parte.



José Maurício S. de Souza
Diretor

Marcus Hansen Balata
Diretor de relação com
investidores

Bruno M. S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8